

A posição do Brasil na geopolítica hemisférica sob os impactos da *US National Security Strategy* do Governo Trump

*Wanderley Messias da Costa**

Rumos atuais da inserção mundial e regional do Brasil

Os analistas da inserção mundial do Brasil desde o início dos anos 1990 são praticamente unânimes na avaliação de que o país deu um notável salto na sua projeção internacional – política externa, arranjos multilaterais, comércio exterior e investimentos produtivos –, não apenas no seu entorno regional estratégico imediato (América do Sul e Atlântico Sul), mas para além dele, especialmente na América Latina como um todo e na África. Ao mesmo tempo, ampliou consideravelmente a escala dessa projeção mediante bem-sucedidas articulações de âmbito mundial, a exemplo de sua efetiva participação em acordos multilaterais de grande relevância e na criação do BRICS (formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

No entanto, a posição do Brasil em seu entorno regional estratégico encolheu drasticamente nos últimos anos. Na África, devido à fragilidade e à descontinuidade de seus acordos de cooperação, até mesmo aqueles com os tradicionais parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, principalmente, aos impactos do avassalador avanço da China nesse Continente que hoje lhe assegura presença dominante na maioria de seus países. Quanto à América Central e Caribe, a pouco expressiva atuação do país na região e a aposta no papel da esvaziada CELAC têm frustrado suas expectativas de ampliar ali suas interações. Mais importante, a profunda crise da integração sul-americana iniciada há pelo menos uma década tem erodido a posição de liderança brasileira nessa região e isso certamente abalou sua até então bem-sucedida trajetória de inserção mundial em outras escalas.

O declínio dos arranjos multilaterais na região iniciou-se pelo Mercosul e em seguida pela Unasul, ambos duramente impactados pelos eventos e mudanças de natureza ao mesmo tempo política, econômica e geopolítica de largo espectro a partir do início dos anos 2010. No caso da Unasul, seu processo de esvaziamento ocorreu nos anos seguintes ao término do Governo Lula em 2010 e à morte do venezuelano Hugo Chávez em 2013 e acentuou-se no final dessa década com as profundas crises econômicas e as mudanças de governos na Venezuela,

* Professor Titular Sênior do Departamento de Geografia da USP. Pesquisador 1D do CNPq. Palestrante Egrégio da Escola Superior de Defesa. Professor *Honoris Causa* da Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

Brasil e Argentina, um quadro de desagregação em que esse organismo regional foi praticamente extinto, levando consigo o também recém-criado Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Outro evento que impactou esses arranjos de integração foi a criação da Aliança do Pacífico em abril de 2011, zona de livre-comércio formada por Chile, Peru, Colômbia, Costa Rica (adesão em 2013) e México, que representou um brusco movimento centrífugo de conteúdo ao mesmo tempo econômico, político e geopolítico com potencial para reduzir a força de gravidade do Mercosul e, especialmente, de provocar grave impacto sobre a recém-criada Unasul.

No caso do Mercosul, o mais importante deles, sua trajetória de sucesso durou cerca de 20 anos, o que é bem ilustrado pelo fato de que no auge de seu desempenho, 25% das exportações totais e cerca de 45% do valor total dos bens industriais do Brasil eram destinados aos países do bloco (principalmente a Argentina), bem como mais de 45% das exportações argentinas (principalmente o Brasil). Ao lado disso, cresceu o intercâmbio comercial e os investimentos produtivos transfronteiriços na maioria dos países sul-americanos e, ao mesmo tempo, esse dinamismo econômico impulsionou acordos de cooperação em diversas áreas e os investimentos na expansão da infraestrutura regional de circulação liderados pela IIRSA.

Desde meados dos anos 2010, entretanto, ocorreu a inflexão desse percurso e teve início seu declínio que se prolonga até a grave crise dos dias atuais que se reflete, especialmente, no esvaziamento de seu principal objetivo original que é o de alavancar o comércio exterior intrabloco e, complementarmente, estimular os investimentos produtivos transfronteiriços e reduzir as profundas assimetrias internas. Evidência disso é que segundo estudo da CEPAL,¹ o total do comércio de bens e serviços intrabloco em 2024 foi de US\$ 53,8 bilhões, o que representa cerca de 12% do total do comércio exterior dos membros do bloco (US\$ 452 bilhões), índice que aponta para um quadro de retrocesso sistêmico do bloco, em contraste com os apresentados pelos seus congêneres em 2024, casos da União Europeia (60%), T-MEC (30%) e ASEAN (58%).

As principais causas dessa crise são bem conhecidas pelos analistas e foram abordadas em seus contornos principais em nosso estudo sobre esse tema.² A primeira delas está relacionada às limitações intrínsecas do modelo de arranjo institucional do Mercosul, que

¹ CEPAL. Boletín de Comercio Exterior del MERCOSUR: la inserción del MERCOSUR frente a un cambio de paradigma en el comercio internacional. Santiago, Naciones Unidas, 2025.

² COSTA, W. M. Geopolítica da América do Sul: crises, continuidades e mudanças. Problèmes d'Amérique Latine, Paris, n. 121-122 (Géopolitique en Amérique Latine), p. 15-31, 2023.

possui gestão do tipo basicamente intergovernamental e hiper presidencialista, não dispondo, portanto, de uma governança supranacional – como a vigente na União Europeia – que lhe permita atuar com relativa autonomia face às flutuações político-ideológicas dos governos nacionais de seus países-membros³. A segunda está relacionada à criação da Unasul em 2008, que, ao pretender coordenar politicamente – e por cima – todas as demais experiências precedentes e futuras de arranjo regional, rebaixou na prática a prioridade até então conferida ao Mercosul.

Por último, há também importantes causas econômicas ou político-econômicas que devem ser consideradas, como é o caso da prolongada crise da Argentina no período e, principalmente, o acelerado crescimento do comércio exterior dos países do bloco com a China, justamente no período iniciado nos anos 2010. No caso do Brasil, desde então o total de suas exportações anuais para esse país mais que dobrou e o de suas importações teve crescimento de mais de 70% nos últimos 12 anos e, em 2025, a corrente de seu comércio com a China (US\$ 171 bilhões) representou 31% do total do comércio exterior brasileiro (US\$ 630 bilhões).

Destaque-se que os impactos desse forte crescimento da influência chinesa sobre o Mercosul na última década também têm sido observados na maioria dos demais países da América do Sul. Esse processo tem impulsionado importantes mudanças de ordem econômica – e geopolítica, como se verá adiante – na repartição territorial e regional das esferas de influência, tanto no caso do Brasil, que sofreu acentuado declínio no Mercosul, como dos EUA em praticamente todo o subcontinente, ambos substituídos pela China (Figura 1).

Figura 1 - Principais Destinos das Exportações dos Países Sul-Americanos



Fonte: Info Brasil e Comex (2025).

³ Tema discutido em ARONSKIND, R. (Org). *La Integración Regional en América Latina: lecciones de una experiencia compleja*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2021.

Nesse cenário de dificuldades, a aprovação do Acordo Mercosul – União Europeia pelo Conselho Europeu no final de 2025 – após mais de 25 anos de negociações – que criará uma vasta e importante zona de livre-comércio entre os dois blocos, tem potencial para impulsionar no longo prazo a recuperação do combalido Mercosul. Ressalte-se, entretanto, que neste momento, ainda pairam incertezas quanto ao início de sua implementação plena, devido à complexidade jurídica e política de sua tramitação no âmbito das demais instâncias decisórias europeias, além da necessidade de ajustes complementares em torno de diversos temas sensíveis, sobretudo no segmento dos produtos sul-americanos de origem agropecuária.

Visão geopolítica sobre a trajetória imperial dos EUA no Continente Americano

É nesse atual contexto internacional marcado por mudanças geopolíticas de larga escala, com o acirramento das disputas entre as grandes potências pelo poder mundial e as instabilidades e conflitos armados de impacto global⁴ que serão examinados, em primeiro lugar, a erosão do protagonismo brasileiro em seu entorno regional imediato e, em seguida, os cenários de curto e médio prazos dos impactos da *antiga-renovada* estratégia nacional de segurança norte-americana do governo Trump para as três Américas e o Caribe, com destaque para a América do Sul e, nesta, o Brasil.

Há pelo menos um século e meio, a geopolítica do Continente Americano tem sido profundamente influenciada pela abrangente e contínua hegemonia dos EUA. Inicialmente, em sua vertente imperialista clássica, sintetizada na Doutrina Monroe de 1823 no contexto da descolonização dos países do Continente, depois aprofundada e radicalizada no início do século XX pelo chamado *Corolário Roosevelt*. Nessa sua nova versão, a doutrina exprime a consolidação da expansão territorial do país ao longo do século XIX, com a aquisição da Louisiana e mais tarde as anexações das províncias mexicanas, as expropriações das terras indígenas e a abrangente colonização que alcançou as bordas do Pacífico. Além disso, com sua vitória na guerra contra a Espanha, a incorporação de territórios como Porto Rico e Guantánamo (Cuba), no Caribe, além das Filipinas, no Pacífico.

O norte-americano Alfred Mahan, oficial da Marinha e renomado clássico do pensamento geopolítico com sua teoria sobre o *Poder Marítimo* (1890), foi o mais importante estrategista e *policymaker* dessa primeira fase da expansão imperial dos EUA para além de seu território continental, elaborando as bases para a construção do poder naval e da expansão

⁴ Ver COSTA, W.M. *A Geopolítica do Século XXI: ordem e desordem no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Consequência, 2025, 322 p.

marítima do país, especialmente em direção ao Pacífico. Ao mesmo tempo, ele foi o idealizador da delimitação do que podemos designar de *perímetro estratégico primordial* dessa primeira e emergente potência mundial fora do continente europeu.

Daí sua vigorosa campanha em defesa da construção do Canal do Panamá e, com sua inauguração em 1914, estavam consolidados, além da configuração do país como *Ilha-Continente*, os limites externos do núcleo duro de seu Entorno Regional Estratégico que do ponto de vista da projeção de poder e de domínio e controle, incorporou na prática toda a América Central e o Caribe, em que este foi assumido como o equivalente na América ao Mediterrâneo – o *Mare Nostrum* – dos romanos. Sob esse prisma, o exame do exercício dessa hegemonia no imenso e diferenciado espaço continental da América deve ser feito por uma abordagem geopolítica ancorada na Geografia (regional, política, econômica etc.), evitando assim o agrupamento de todos os países situados ao sul dos EUA em uma única região supostamente homogênea com geografias, histórias e culturas comuns, como é o caso da sua usual e convencional denominação como América Latina.

Observando-se a posição e a situação de cada um desses países, torna-se evidente que o México, por exemplo, é singular pela sua cultura e os mais de 3 mil km de fronteiras com os EUA, ou o Brasil, um *país-baleia* como Canadá e EUA, que além de lusófono, tem 214 milhões de habitantes e cerca de 17 mil km de fronteiras terrestres com 10 países. Sugere-se olhar também de perto a América Central e Caribe com sua constelação de países independentes e protetorados e a imensa diversidade de povos, línguas e culturas. Enfim, é preciso levar em conta que essas singularidades estão longe de constituir uma circunstância trivial nos estudos sobre o passado ou o presente.

Tendo em vista essa configuração ampliada, ressalta a particularidade da América do Sul, que possui posição mais distante do tradicional *hard core* no espaço de projeção de poder dos EUA, condição bem observada por Nicholas Spykman (1942) e Robert Kaplan (2012), dois outros geopolíticos norte-americanos que se referem ao subcontinente – principalmente Brasil, Argentina e Chile – como de difícil domínio e controle ou como excessivamente “distante e isolado” dos EUA e da Europa. Além disso, a par das diferenças históricas, culturais e geopolíticas entre seus 12 países, a América do Sul possui importante identidade própria construída historicamente e uma original trajetória de experiências de integração regional, como já examinado.

Ainda que não tenha sido objeto de intervenções militares diretas, a América do Sul possui longo histórico de ingerências políticas diretas e indiretas dos EUA, com especial destaque para o apoio norte-americano a regimes militares em diversos países da região,

sobretudo nos anos 1960 e 1970. Além disso, os EUA exerceram, por décadas, forte influência sobre a economia regional e, até recentemente, foram seu principal parceiro comercial, posição hoje ocupada pela China, como visto. Da perspectiva das relações na esfera especificamente político-estratégica e militar, desde a Segunda Guerra, especialmente, quase todos os países do subcontinente mantêm alguma modalidade de cooperação em segurança e defesa com os EUA e, em determinados casos, ela envolve apoio financeiro e logístico-militar.

Registre-se que permanecem ativos na região antigos fóruns multilaterais da área de segurança e defesa liderados pelos EUA, a exemplo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR (1947) e da Conferência de Ministros da Defesa das Américas (1994), além daqueles específicos como a Conferência de Exércitos Americanos, o Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas, a Conferência Naval Interamericana, o Simpósio Internacional de Forças Marítimas, a Junta de Defesa Interamericana e o Colégio de Defesa Interamericana. Como discutido em nosso estudo anterior, mesmo com a predominância de um típico *movimento pendular* nos países sul-americanos nas duas últimas décadas, com a alternância de governos de inspirações político-ideológicas até mesmo antagônicas, ao lado dos claros sinais de declínio de sua preeminência econômica (*vis-à-vis* a China), mantém-se de modo geral a forte influência dos EUA no campo político-estratégico ou de segurança e defesa.

A partir do início dos anos 2000, os norte-americanos emitiram os primeiros sinais de um olhar mais atento para o subcontinente, ao incluírem de modo explícito a América do Sul e o Atlântico Sul na sua “tela de radar global”. Além da sólida parceria com o Reino Unido na Base Militar de Ascensão e do seu indisfarçável apoio aos britânicos no conflito em torno das Malvinas, adotaram duas medidas abrangentes com potencial de impacto macrorregional.

A mais importante delas foi a recriação da IV Frota em 2008, que opera preferencialmente nas Américas Central e do Sul e no Caribe sob a coordenação do *Southern Command*, sediado em Miami. A segunda, com projeção estratégica indireta, mas não menos importante, foi a implantação de bases militares conjuntas em território colombiano no âmbito do Plano Colômbia. Assim, a pretexto do abrangente apoio a esse país no combate ao narcotráfico e às FARC, passaram de fato a dispor ali de um poderoso aparato militar, sobretudo o aéreo, cujo poder de ataque alcançava a escala da América do Sul Setentrional, incluindo o Caribe Meridional e a borda noroeste do Atlântico Sul.

Não há consenso entre os analistas sobre as reais motivações dos EUA para essa inflexão do seu olhar estratégico direcionado ao subcontinente e ao Atlântico Sul e, no caso da IV Frota, não se deve *interpretar literalmente* sua versão oficial de que essa nova força naval não conta com meios militares próprios e, portanto, que desempenha apenas funções de coordenação dos

dispositivos que já operavam na região, isto é, um ajuste de natureza meramente organizacional. Descartada essa hipótese, pode-se examinar outras três sobre essa importante movimentação de natureza claramente geopolítica no âmbito das relações entre os EUA e, especialmente, a América do Sul.

A primeira é que esse rearranjo, no nível da coordenação operacional e do comando militar macrorregional e da força naval, seria uma resposta, principalmente, ao potencial de ameaças representadas pela então recente celebração da aliança militar entre Venezuela e Rússia, envolvendo um grande programa de aquisição de equipamentos militares (com destaque para os aviões de caça e sistemas antiaéreos de última geração) e a realização de ostensivas manobras navais conjuntas nas águas do Caribe. A segunda é que o Pentágono teria decidido fortalecer seus sistemas de segurança e defesa na América do Sul e no Atlântico Sul com os olhos dirigidos principalmente para a África Ocidental e Meridional, objetivo que também teria justificado a criação do U.S. Africa Command. A terceira é que se trataria de um movimento estratégico de largo espectro que visou ajustar os focos de monitoramento e vigilância dos espaços marítimos e das rotas oceânicas cada vez mais importantes que conectam o Atlântico ao Índico e ao Pacífico, ou mais especificamente, à Costa Oriental da África, ao Golfo Pérsico, à Ásia Meridional, ao Sudeste Asiático e à Ásia-Pacífico.

Os impactos da US National Security Strategy

No momento, entretanto, todas essas configurações geopolíticas mais ou menos antigas do continente e suas três Américas estão sofrendo os duros impactos dos novos rumos da política externa dos EUA neste segundo governo Trump, explicitados na recém-publicada *US National Security Strategy* que, em sua essência, é imperialista, unilateralista e uma afronta ao direito internacional.

Pela primeira vez, os norte-americanos posicionaram o Hemisfério Ocidental entre suas prioridades internacionais em segurança e defesa e, nele, o espaço estratégico por excelência é o Continente Americano – com suas três Américas e o Caribe – que se estende por 15 mil km desde a Groenlândia, no Norte, ao Cabo Horn, no Sul. A essência dessa estratégia – “restaurar a preeminência dos EUA no Continente” –, a rigor não é nova, razão pela qual seus princípios e objetivos centrais foram sintetizados no que é denominado como o *Corolário Trump* à doutrina Monroe, ainda que pelas suas características intrínsecas, seja mais adequado associá-la ao *Corolário Roosevelt* com seu autoconcedido poder imperial de intervenção – inclusive militar – no Continente, sobretudo na América Central e Caribe e na América do Sul.

Dois aspectos de fato novos nessa estratégia são, primeiro, que o *Corolário Trump* propõe desde logo uma abrangente reconfiguração geopolítica das Américas, ao ampliar os limites do Entorno Regional Estratégico dos EUA para todo o Continente, sem distinções ou prioridades definidas para regiões e países. Outro deles é a prioridade conferida a um redobrado esforço de convencimento – por persuasão ou dissuasão – dos países do Hemisfério (leia-se a América) para que reduzam seus laços de “dependência” econômica, tecnológica ou militar de grandes potências concorrentes, numa clara alusão sobretudo à China e sua crescente influência em quase todos os países e à Rússia, mais concentrada no apoio militar a alguns deles. Destaque-se que justamente nesse último aspecto reside o enunciado mais ameaçador do documento, ao explicitar que os EUA estão dispostos a impedir que seus competidores não hemisféricos posicionem instalações ou dispositivos militares ou que pretendam controlar por qualquer meio “ativos estratégicos” em qualquer um dos países da região.

No que se refere à América do Sul, especialmente, neste momento os pilares mais sólidos de apoio aos EUA são, pela ordem, Argentina, Chile, Equador e Paraguai. Por outro lado, os alvos prioritários para a aplicação dessa nova e agressiva geopolítica hemisférica norte-americana são, pela ordem, a Venezuela, a Colômbia e o Brasil. No caso da Venezuela, desde sua ruptura com os EUA promovida pelo governo Chávez, o país aprofundou suas alianças com a Rússia (econômica e militar) e com a China (econômica e política) e atuou fortemente para formar uma coalização de países em torno de sua estratégia de autonomia.

Além disso, apesar de possuir as maiores reservas de petróleo do mundo, durante o governo de Maduro o país mergulhou em profunda crise política, social e econômica e encontrava-se politicamente isolado na comunidade internacional, quadro que favoreceu a estratégia beligerante norte-americana que nesse caso optou pela dissuasão e, em seguida, pela intervenção direta. Ela centrou-se no emprego da força militar e numa prolongada “guerra de desgaste” ao país, incluindo um cerco naval, sob o pretexto de combate ao narcotráfico liderado por cartéis venezuelanos. O desfecho final dessa ofensiva militar foi o sequestro de Maduro e de sua esposa em um fulminante ataque de forças especiais norte-americanas a um quartel-general de Caracas. Desde então, o governo do país encontra-se sob severa vigilância militar, submetido a um inusual sistema de administração “compartilhada” com o governo Trump e com as operações de exploração e exportação de seu petróleo sob controle total dos EUA.

Quanto à Colômbia, como a Venezuela um país da América do Sul Setentrional com importante projeção no Caribe, sua história recente de relações com os EUA é tipicamente pendular, mas com uma particularidade importante. Como visto, ele é o único país que contou com um abrangente projeto de cooperação militar – o Plano Colômbia – com a duração de 15

anos (2000–2015), voltado principalmente para o combate às FARC e ao narcotráfico, envolvendo modalidades de apoio como vultosos recursos financeiros, treinamento de efetivos locais e a operação conjunta de três bases militares.

Com a celebração do acordo de paz com as FARC, o término da vigência dessa cooperação militar e, em seguida, a ascensão do atual governo colombiano, ocorreu uma acentuada redução da tradicional influência norte-americana no país. Com Trump e sua nova estratégia, esse cenário tem mudado rapidamente, especialmente porque, a exemplo da Venezuela, ataques militares a supostas embarcações do narcotráfico também foram desferidos no litoral do Pacífico colombiano. No momento, em clima de distensão, mas ainda sob forte pressão dissuasória dos EUA, os dois governos deram início a uma rodada de negociações em torno de possíveis projetos de cooperação visando o combate conjunto ao narcotráfico.

Por último, os impactos dessa recente ofensiva política e diplomática do governo Trump contra o Brasil, com as duras medidas (sanções políticas e tarifárias e restrições à imigração) adotadas em meados de 2025. Diante desse quadro inicial e de seus desdobramentos posteriores, é possível traçar dois cenários principais. O primeiro é francamente desfavorável a um processo de distensionamento e eventual recomposição de relações plenas e ele decorre principalmente de discordâncias e em alguns casos antagonismos entre os dois países em diversos temas sensíveis da política internacional dos últimos anos.

Afinal, no momento, praticamente todo o foco estratégico da política externa, os alinhamentos bilaterais e multilaterais e os posicionamentos do atual governo brasileiro frente ao quadro de crise internacional e, especialmente, os conflitos armados de repercussão global, têm sido conduzidos por caminhos abertamente divergentes daqueles adotados pelo governo Trump. Como ilustração, a firme atuação do governo Lula junto ao BRICS que visa fortalecer esse bloco enquanto um contraponto aos EUA na atual geopolítica global. Além disso, deve-se destacar posturas recentes, como seu forte alinhamento político e econômico com a China e a Rússia, o apoio ao Irã, a Cuba e, especialmente, aos governos Chávez-Maduro na Venezuela e a ausência de afinidade a Israel. Por último, o Brasil é hoje o principal parceiro econômico da China na América Latina, tanto no comércio exterior, como visto, quanto nos investimentos produtivos de grandes empresas, de modo geral concentrados nas áreas de energia, infraestrutura e indústria automotiva.

O segundo cenário, potencialmente favorável, reflete os desdobramentos posteriores a essas medidas, com o início de rodadas de negociação entre os dois governos e a decisão de Trump de retirar parte substantiva das sanções políticas e tarifárias por ele impostas ao Brasil. É muito provável que na balança dessas avaliações esteja colocado o peso da percepção norte-

americana de que o Brasil é um país grande, emergente e relevante na geopolítica global e, além do mais, com projeção que se expressa também pela sua economia, hoje na 11ª posição mundial de acordo com o critério do Produto Interno Bruto anual. No comércio internacional, o país ampliou seu esforço de inserção externa nessa área; é um dos membros-fundadores da Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, e possui acordos bilaterais com muitos países em todos os continentes. Essas iniciativas no campo da diplomacia, somadas ao seu notável desempenho na produção agropecuária deram grande impulso ao crescimento de seus fluxos de comércio, cujos valores totais anuais foram multiplicados por três nas duas últimas décadas.

O Brasil exportou US\$ 349 bilhões e importou US\$ 280 bilhões em 2025 e possui performance mundial preeminente na exportação de commodities, sendo atualmente o 2º maior exportador mundial de grãos (principalmente soja) e o primeiro de minério de ferro, carne, café, açúcar e suco de laranja. Além disso, é o 2º maior exportador de etanol e, recentemente, ingressou no grupo dos 10 maiores produtores e exportadores mundiais de petróleo e seus derivados (principalmente óleo combustível). Deve ser registrado ainda seu bom desempenho na produção e exportação de produtos aeronáuticos (aeronaves comerciais e militares), além de máquinas e equipamentos, veículos automotores, autopeças e produtos siderúrgicos, metalúrgicos e petroquímicos.

Outra expressão econômica da inserção externa do país é a presença e a atuação global do grupo de grandes empresas internacionais brasileiras, também designadas como ETBs – Empresas Transnacionais Brasileiras. São 120 empresas, algumas mais antigas, mas com a maioria delas tendo iniciado seus investimentos externos sobretudo nas três últimas décadas. Registre-se que praticamente todas elas desenvolveram-se contando com o apoio de políticas públicas federais de incentivo à internacionalização de empresas brasileiras desde, pelo menos, os anos 1970.

Em sua maioria, atuam no setor industrial (equipamentos, alimentos, siderurgia, autopeças e químicas, dentre outros), seguidas por empresas de outros setores, como o bancário, infraestrutura e serviços em geral e estão instaladas em um extenso grupo de países, em especial os EUA, vizinhos da América Latina e, recentemente, a China. Um subgrupo dessas ETBs possui tradicional liderança em seus segmentos e algumas delas são líderes mundiais, a exemplo da Vale (mineração), Suzano (celulose) e JBS (alimentos). Além disso, devem ser destacados os casos bem-sucedidos da Embraer que integra o seletor grupo das três maiores empresas da indústria aeronáutica mundial, da WEG, fabricante de equipamentos elétricos e da Marcopolo,

fabricante de ônibus, as duas últimas integrantes do restrito grupo de empresas-líderes mundiais de seus respectivos setores.

Segundo o Banco Central, em 2022, os investimentos dessas empresas no exterior alcançaram o total aproximado de US\$ 500 bilhões e eles constituem o principal fluxo externo de capitais brasileiros, conhecido como IDE – Investimento Direto Estrangeiro. No sentido inverso, segundo a OCDE, o “estoque” dos fluxos de IDE recebidos pelo Brasil até 2024 alcançou a cifra de US\$ 1,1 trilhão (46% do PIB), o que coloca o país como o quarto maior destino mundial desses investimentos, atrás apenas dos EUA, União Europeia e Canadá. Dentre os países emissores desses fluxos de investimentos para o Brasil, o mais importante é os Estados Unidos, com aproximadamente 30% do total mundial.

Nessas negociações entre os dois lados, os objetivos principais do Brasil são a remoção por completo de todas as restrições ao país, a disposição para discutir eventuais projetos bilaterais de cooperação econômica e o pleno restabelecimento das relações. Pelo lado dos EUA, aparentemente, trata-se de manter o diálogo e as negociações, procurando barganhar a retirada das restrições com eventuais concessões brasileiras, tais como o apoio ao combate ao narcotráfico (inclusive por meios militares) no subcontinente e à sua atuação na Venezuela. Outro objetivo, já tornado público, é o de obter do governo brasileiro amplo (se não exclusivo) acesso por meio de concessões – ou eventualmente *joint ventures* – à exploração e ao processamento de recursos naturais estratégicos brasileiros, especialmente das chamadas terras raras, em que o país detém a segunda maior reserva do mundo.

Em síntese, nas suas atuais relações com o Brasil, é muito provável que os EUA optem por modular sua agressiva atuação na região, mantendo o diálogo e avançando nas negociações, mas sempre em sintonia fina com a estratégia anunciada e praticada pelos *Corolários Roosevelt e Trump*, isto é, exercendo a permanente combinação de força e cooperação ou dissuasão e persuasão. Afinal, seu objetivo maior é o de retomar, expandir e consolidar sua histórica influência, poder e controle sobre o Continente Americano com suas três Américas e o Caribe. Resta saber se isso será possível nessa novíssima e muito complexa geopolítica da terceira década deste século.

Bibliografia Citada

ARONSKIND, R. (org.). **La integración regional en América Latina: lecciones de una experiencia compleja**. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2021.

CEPAL. **Boletín de Comercio Exterior del MERCOSUR:** la inserción del MERCOSUR frente a un cambio de paradigma en el comercio internacional. Santiago: United Nations, 2025.

COSTA, W. M. Geopolítica da América do Sul: crises, continuidades e mudanças. **Problèmes d'Amérique Latine**, Paris, n. 121-122 (Géopolitique en Amérique Latine), p. 15-31, 2023.

COSTA, W. M. **A geopolítica do século XXI:** ordem e desordem no sistema internacional. Rio de Janeiro: Consequência, 2025. 322 p.